# O urbano e suas múltiplas dimensões

Cristina Patriota de Moura

1 Muito já se discutiu sobre a autonomia ou não do "urbano", desde a tentativa de Louis Wirth, em 1938, de "isolar" o urbanismo como fenômeno sociológico derivado da "cidade", definida como um assentamento grande e denso de indivíduos heterogêneos (Wirth, 1987). Com orientações teóricas muito diferentes, o célebre Henry Levebre, em 1967, apontava para a existência de um urbano a ser perdido em contextos de proliferação de espaços urbanizados pela especulação imobiliária (LeFebvre, 2001). Deleuze e Guatarri descreveram a cidade como um "ponto-circuito" que, apesar de ser cristalizada pela lógica estriante dos mecanismos de captura territorializantes do Estado, também teria uma "aventura própria", derivada da lógica da circulação e do movimento de "fuga" proporcionado pelas possibilidades de singularização (Deleuze & Guattari, 1980; Guattari, 1992). Mais recentemente, o antropólogo catalão Manuel Delgado aponta para a "não cidade" existente em todas as cidades, afirmando que o urbano seria a cidade menos a arquitetura (Delgado, 2007).

2 Em todas essas análises, apesar das diferenças teóricas, políticas e estéticas, há uma tentativa de lidar com as relações entre os aglomerados materiais que convencionamos chamar de cidades e as múltiplas dimensões de dinâmicas sociais que articulam elementos de diferentes ordens que, pensando modernamente, poderíamos classificar como "esferas de atividade" (Harvey, 2011). Assim, é possível refletir sobre diferentes ênfases: nas esferas política, cultural, econômica, psicológica, estética que permeiam definições e análises sobre "cidades" e o "urbano". Não obstante, enquanto o primeiro termo parece sempre estar atrelado a uma materialidade descritível e quantificável, o segundo se reveste de acepções qualitativas, com fortes características prescritivas. O "urbano" passa a ser uma meta e uma medida, de onde também se pensam e reivindicam direitos.

3 Os artigos neste dossiê dialogam com diferentes aspectos do que poderíamos chamar de um campo discursivo que envolve a antropologia, como disciplina de formação, e distintas abordagens sobre o "urbano", que utilizo aqui como termo polissêmico mas

que, de alguma maneira, denota qualidades derivadas, ainda que não redutíveis à materialidade das cidades ou mesmo nelas localizáveis, materialidade esta que varia em forma e tamanho, propósito e significados.

4 Ao longo das páginas que se seguem, entramos em contato com processos vividos em diferentes localidades definidas administrativamente como Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Buenos Aires, Ceilândia, Brasília ou Pequim. Estas cidades podem ser pensadas, com Foucault, como "'ambientes de intervenção' nos quais indivíduos, populações e grupos conjugam elementos e eventos que circulam para além da localidade em si" (Foucault, 2007:21 *apud* Roy & Ong, 2011:10).

5 Como "ambientes de intervenção", as cidades são rotuladas e geridas por lógicas de Estado, que estabelecem suas fronteiras, definem direitos e deveres para os seus habitantes e procuram capturar suas atividades. Mas a multiplicidade de processos sociais nunca é plenamente capturável, seja pela administração do Estado, seja pela inteligibilidade da academia. Talvez seja o reconhecimento dessa impossibilidade de captura plena que faça com que em alguns momentos se tenha recusado a possibilidade de fazer uma antropologia da cidade em prol de uma antropologia na cidade (cf. O'Donnel e Magnani neste número). De fato, muitos dos estudos que configuraram as bases para uma antropologia urbana no Brasil tiveram as cidades como ambientes onde se desenvolveram desvios e estigmas, visões de mundo e estilos de vida, pedaços e circuitos. Esses ambientes, no entanto, mesmo que não diretamente problematizados como foco principal a ser analisado, sempre se configuraram valorativamente, ainda que para serem desconstruídos. Encontramos categorias como centro, periferia, zona sul, favela, cidade satélite, casa, rua, rural e urbano que remetem, ainda que nem sempre diretamente, a configurações geográficas materializadas.

6 Por meio da prática etnográfica, a antropologia é especialmente interessante para mostrar, por exemplo, que as categorias administrativas raramente coincidem com os mapas de orientação por meio dos quais agentes tecem seus significados, projetos, trajetos e circuitos. Vemos isso no caso das regiões metropolitanas de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, mas também nas disputas por territorialização envolvendo as chamadas cracolândias no Rio e em São Paulo. Já na área metropolitana de Brasília, categorias como "bairro" e "cidade" adquirem significados contextuais que desafiam as territorializações legais e administrativas. No caso chinês, por outro lado, encontramos um sistema de classificação idealizado para territorializar populações que se transforma em espectro de um tempo passado com fortes consequências nas dinâmicas urbanas do presente.

7 Admitimos, portanto, que as cidades jamais serão totalmente delimitáveis e capturáveis. Não obstante, também apostamos na possibilidade, aparentemente paradoxal, de pensar cidades específicas a partir do postulado da singularidade. Nesse sentido, para além de configurar as cidades como ambientes de intervenção, a perspectiva das composições (*assemblages*, agenciamentos) permite conjugar noções de singularidade à possibilidade de comparação (Patriota de Moura, 2010). Elementos semelhantes podem estar presentes em diferentes articulações, gerando combinações únicas, porém mais inteligíveis à luz de observações cruzadas e interpretações analógicas. Assim, o transporte público do Rio de Janeiro se mostra mais excludente quando contraposto a sistemas de transporte em Buenos Aires ou Nova York, mas experiências de acesso ao "direito à moradia" em Buenos Aires também podem estar mais ou menos próximas de alcançar o "direito à cidade", a depender de valores

presentes em composições espaço-sócio-político-culturais de diferentes tempos *bonairenses*.

8 Diversas questões abordadas nos artigos foram construídas de forma dialógica, em discussões face a face entre suas autoras e seus autores. Cito principalmente – mas não exclusivamente – o GT coordenado por mim e Mariana Cavalcanti na ANPOCS, entre 2010 e 2012, intitulado "Dimensões do Urbano: tempos e escalas em composição". O acúmulo de debates no grupo de trabalho foi a centelha inicial que motivou a proposta do dossiê, apesar de nenhum dos artigos aqui presentes corresponder a trabalhos apresentados naquele âmbito, muitos já publicados em outras instâncias. Marcas das discussões do GT são visíveis em diversos trabalhos, como o de Heitor Frugoli e Mariana Cavalcanti, o de Fraya Frehse, e o de Julia O'Donnel, por exemplo. Contamos, no GT, com experientes debatedores, que têm importante papel no estabelecimento de uma antropologia urbana feita no Brasil: Gilberto Velho, Luiz Antonio Machado, José Guilherme Cantor Magnani, Heitor Frúgoli Jr e Karina Kuschnir.

9 Quero registrar minha especial gratidão a Gilberto Velho, que participou como debatedor de nosso GT em 2010, 2011 e, inesperadamente, faleceu em abril de 2012. Em sua homenagem, publicamos neste número do *Anuário Antropológico* um artigo ainda inédito, de precioso valor documental, redigido em 1969 juntamente com Yvonne Maggie: "O Barata Ribeiro 200". Tal texto, inicialmente produzido para um curso ministrado por Anthony Leeds no Museu Nacional, seria o embrião do que depois se tornaria a pesquisa de mestrado de Gilberto Velho e que deu origem ao livro *A Utopia Urbana* (Velho, 1973), um dos marcos da antropologia urbana no Brasil. Agradeço especialmente a Karina Kuschnir, que encontrou essa relíquia nos arquivos do autor e tão gentilmente a disponibilizou para publicação no *Anuário*, e a Yvonne Maggie, que autorizou sua publicação e nos brindou com um valioso testemunho no pós-escrito feito para esta publicação.

10 Também nos arquivos de Gilberto Velho se encontram correspondências com Roberto Cardoso de Oliveira – à época editor do recém-criado *Anuário Antropológico* – a respeito da seção de Antropologia Urbana, coordenada por Velho nos primeiros tempos do periódico. Já no primeiro número do *Anuário*, em 1977, constava o artigo "Organização Social do Meio Urbano", escrito por Gilberto Velho e Luiz Antonio Machado. O artigo de Julia O'Donnel, neste volume, traz uma importante análise dos primeiros escritos de Velho e sua significação para o estabelecimento de uma antropologia urbana no Rio de Janeiro.

11 De São Paulo, recebemos a valiosa contribuição de José Guilherme Magnani, que nos traça o histórico de uma antropologia urbana feita naquela cidade ainda antes dos trabalhos de Velho no Rio de Janeiro, trazendo importantes contribuições com as pesquisas realizadas e orientadas por Ruth Cardoso e Eunice Durham. Tal linhagem se perpetua com diferentes desdobramentos, dentre os quais o mais expressivo tem sido o Núcleo de Antropologia Urbana da USP. Magnani nos fala sobre o estabelecimento de tal linha de pesquisa, com forte viés etnográfico e importantes contribuições teóricas, em que o desenvolvimento de categorias como "circuito" é um fator central. Mas como o "urbano" não se restringe ao contexto de São Paulo, o autor nos apresenta uma proposta inovadora de "etnologia urbana" em Manaus, com populações indígenas que desafiam a relevância da dicotomia estabelecida através da distinção entre uma antropologia "da" e "na" cidade, passando pelo conceito de *dwelling*, proposto por Tim Ingold.

12 Para também romper com uma possível dicotomia Rio/São Paulo, o quarto artigo deste dossiê, fruto da colaboração entre Heitor Frúgoli Jr. e Mariana Cavalcanti, traz uma experiência comparativa permeada pela discussão sobre as territorialidades das chamadas *cracolândias.* Políticas públicas de requalificação urbana, processos de estigmatização dialógica, conflitos envolvendo ações policiais, ONGs, usuários de crack e interesses econômicos em diferentes escalas nos remetem a importantes dimensões da vida urbana. Sem deixar de ser uma antropologia *das* cidades onde as pesquisas foram
realizadas, o artigo discute a possibilidade de territorialização itinerante como elemento de composição do urbano.

13 O artigo de Fraya Frehse traz à tona o debate teórico acerca do estatuto da *rua* no Brasil. A praça da Sé em São Paulo é, ao mesmo tempo, um nódulo por onde transitam os mais diversos sujeitos na cidade mais populosa e heterogênea do país, e um território habitado e apropriado pelos “não transeuntes”, que o transformam em um *espaço público de pessoalidade moral* a desafiar teorias sobre o anonimato nas ruas brasileiras. O que se passa na Sé paulistana certamente não corresponde ao que acontece no Brasil como um todo, mas fornece elementos esclarecedores, por meio da experiência etnográfica intersubjetiva, da composição singular mais ou menos cristalizada que configura uma dinâmica *no* Brasil.

14 O artigo de Florencia Girola e Ana Gretel Thomasz, bem como o de Lenin Pires, traz a experiência de Buenos Aires para o debate. Diferentes aspectos de um almejado “direito à cidade” aparecem de forma mais explícita nestes artigos, que tratam de movimentos sociais e suas demandas por serviços públicos de qualidade. Também o artigo de Soraya Fleischer e Monique Batista, fruto de pesquisa com portadores de doenças crônicas no bairro da Guariroba, em Ceilândia, no Distrito Federal, dialoga com diferentes significados e formas de experimentar processos de participação urbana, por meio dos quais sujeitos se constroem em suas trajetórias de vida. Trajetos de deslocamentos cotidianos e trajetórias biográficas de mobilidade social se entrecruzam e intervêm no meio urbano, configurando singularidades de experiências individuais e coletivas.

15 O “urbano” se define pela heterogeneidade, pela possibilidade de movimento e *fuga*, pela criatividade dos circuitos e pela pluralidade de projetos. As cidades, porém, também são ambientes de intervenção de poderes disciplinares e tecnologias de governo. No processo de definir territórios e populações, a lógica do Estado intervém de maneira mais ou menos violenta, com diferentes graus de sutileza e regulamentação burocrática. A persistência e a flexibilização do sistema de registro domiciliar chinês aparecem como eixos norteadores na tentativa de desvendar parte das lógicas envolvidas no desenvolvimento de urbanização em maior escala (quantitativa) já vivido no planeta.

16 Direitos, sujeitos, circuitos, territórios, valores, tempos e escalas são algumas das dimensões que emergem dos artigos reunidos neste dossiê. Todos os artigos têm cidades específicas como ambientes etnográficos concretos, que podem ser pensados como composições peculiares e singulares que articulam elementos que também operam em outras composições (ou redes) em múltiplas escalas. Estados nacionais, por sua vez, também podem ser vistos como composições específicas de território, autoridade e direitos, nos termos propostos por Saskia Sassen (2006), que intervêm de maneira mais ou menos explícita e controladora sobre as cidades, que têm sua “aventura própria”, pois propiciam encontros, cruzamentos e conflitos de diferentes

movimentos. Essa "aventura própria" urbana, que não se confunde com a materialidade do espaço construído, mas também é perpassada por ela – e pelas ações acopladoras das dinâmicas capitalistas – vale ser estudada pela antropologia, em uma rede de interlocução que se estabeleça de maneira singular, ainda que não exclusiva.

---

## BIBLIOGRAFIA

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. 1980. *Mille plateaux.* Coord. da trad. Ana Lúcia de Oliveira. Paris: Editora 34.

DELGADO, Manuel. 2007. "Pasar, Pensar, Hablar". In: ___. *Sociedades Movedizas. Pasos hacia uma antropologia de las calles.* Barcelona: Anagrama.

FOUCAULT, M. 2008. *Segurança, Território, População.* São Paulo: Martins Fontes.

GUATTARI, Félix. 1992. "Restauração da Cidade Subjetiva". In: ___. *Caosmose: Um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lúcia Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34. pp.169-179.

HARVEY, David. 2011. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo.* São Paulo: Boitempo Editorial.

LEFEBVRE, H. 1991. *O Direito à Cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Moraes.

PATRIOTA DE MOURA, Cristina. 2010. "Condomínios e Gated Communities: por uma antropologia das novas composições urbanas". *Anuário Antropológico 2009/II.*

ROY, Ananya & ONG, Aihwa (orgs.). 2011. *Worlding Cities. Asian Experiments at the Art of Being Global.* New York: Wyley-Blackwell.

SASSEN, Saskia. 2006. *Territory, Authority, Rights. From Medieval to Global Assemblages.* Princeton and Oxford: Princeton University Press.

VELHO, Gilberto. 1973. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar.

VELHO, Gilberto & SILVA, Luiz Antonio Machado da. 1977. "Organização Social do meio urbano". *Anuário Antropológico 1976*, 1(1):71-82.

WIRTH, Louis. 1987 [1938]. "O Urbanismo como Modo de Vida". In: Otávio Velho (org.). *O Fenômeno Urbano.* Rio de Janeiro: Editora Guanabara. pp. 90-113.

## AUTOR

**CRISTINA PATRIOTA DE MOURA**

UnB